



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CNPJ nº 34.860.833/0001-44

PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
Nº 90.010/2026/UEPA PAE nº 2025/2561355	➤ Data - 07/07/2026. ➤ Hora - 10h.

OBJETO

Contratação de empresa especializada com equipe técnica capacitada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças e componentes genuínos das fabricantes dos equipamentos de elevação para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará.

MÉTODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	REAJUSTE ÍNDICE
<input type="checkbox"/> Aberto <input checked="" type="checkbox"/> Aberto e fechado <input type="checkbox"/> Fechado e aberto	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço <input type="checkbox"/> Maior desconto	<input type="checkbox"/> IPCA <input type="checkbox"/> INCC <input type="checkbox"/> INPC <input checked="" type="checkbox"/> IGPM <input type="checkbox"/> Outro: (sigla) Período: a cada 12 meses, a contar da data do orçamento estimado.

ENTREGA/EXECUÇÃO

➤ FORMA	O objeto deverá ser executado, em conformidade com o expresso no Termo de Referência.
➤ PRAZO	Em conformidade com o expresso no Termo de Referência.
➤ LOCAL	Conforme descrito no Termo de Referência.

VALOR TOTAL	PAGAMENTO
R\$ 273.664,48	➤ Forma - Ordem bancária. ➤ Prazo - 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura)



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

Sumário

CLÁUSULA 1 - Promotor do pregão	3
CLÁUSULA 2 - Fundamento legal.....	3
CLÁUSULA 3 - Objeto	3
CLÁUSULA 4 - Condições para participar da licitação	4
CLÁUSULA 5 - Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação	6
CLÁUSULA 6 - Preenchimento da proposta	9
CLÁUSULA 7 - Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances	10
CLÁUSULA 8 - Julgamento das propostas	16
CLÁUSULA 9 - Habilitação	20
CLÁUSULA 10 - Adjudicação e homologação	25
CLÁUSULA 11 - Recursos.....	25
CLÁUSULA 12 - Infrações e sanções administrativas	27
CLÁUSULA 13 - Impugnação ao edital	30
CLÁUSULA 14 - Disposições finais	30



REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 - Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**, Autarquia de regime especial, **CNPJ nº 34.860.833/0001-44**, com sede na Rua do Una, número 156, Bairro Telégrafo, Belém/PA, neste ato representado pelo **Magnífico Reitor Clay Anderson Nunes Chagas**.

CLÁUSULA 2 - Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decretos Estaduais nº 534/2020, 2.939/2023 e 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 - Objeto

3.1 Contratação de empresa especializada com equipe técnica capacitada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças e componentes genuínos das fabricantes dos equipamentos de elevação para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.1.1 Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e as especificações constantes do Termo de Referência (TR), prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

3.2 Os bens ou serviços a serem licitados constam descritos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☐ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do Termo de Referência, anexo I do Edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ **Lote único**, formados pelos itens de 1 a 12, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4 - Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

4.4.1. O Lote 1 do TR está destinado para ampla disputa.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a)** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item 4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5 - Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a) A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será sigiloso para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração e da sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 - Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) ☒ valor do item.
- ☐ (percentual) desconto.
- b) Marca.
- c) Fabricante.
- d) Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.13.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obriga o LICITANTE ao cumprimento do que nelas estão contidas, consoante detalhamento exposto no Termo de Referência.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a) Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b) O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - I.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - II.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

*CLÁUSULA 7 - Abertura da sessão, classificação das propostas e
formulação de lances*

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta eletrônica cadastrada no sistema que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado no **valor unitário do item**.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **1,00 (UM REAL)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

MODO DE DISPUTA	REGRAS
<input type="checkbox"/> ABERTO	<p>a) No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;</p> <p>b) A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública;</p> <p>c) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;</p> <p>d) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;</p> <p>e) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;</p>



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

	<p>f) Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>
<p style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO</p>	<p>a) No modo de disputa aberto e fechado, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;</p> <p>b) A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada;</p> <p>c) Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será sigiloso até o encerramento do prazo de 5 minutos;</p> <p>d) No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor;</p> <p>e) Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter sigiloso.</p>
<p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> FECHADO E ABERTO</p>	<p>a) No modo de disputa fechado e aberto, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela;</p> <p>b) Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações;</p> <p>c) Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea a, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;</p> <p>d) A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública;</p> <p>e) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no</p>



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

	<p>caso de lances intermediários;</p> <p>f) Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;</p> <p>g) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;</p> <p>h) Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.</p>
--	---

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.14, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

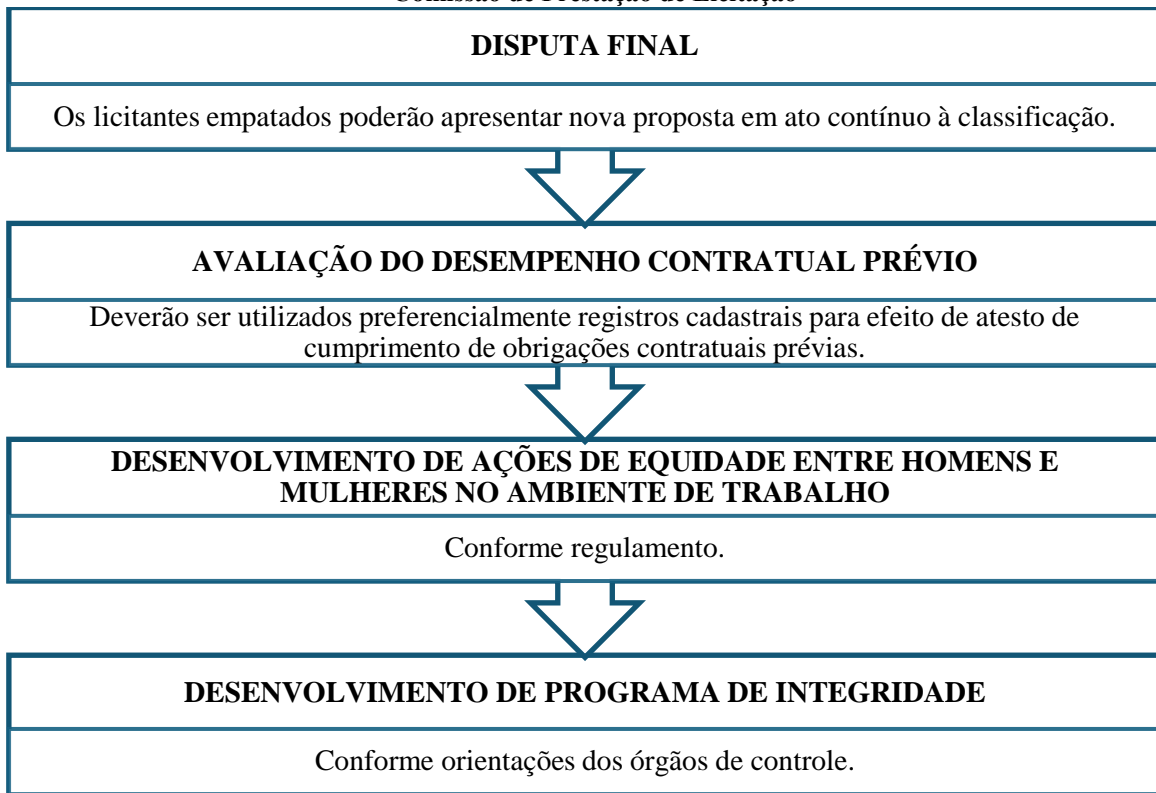
7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

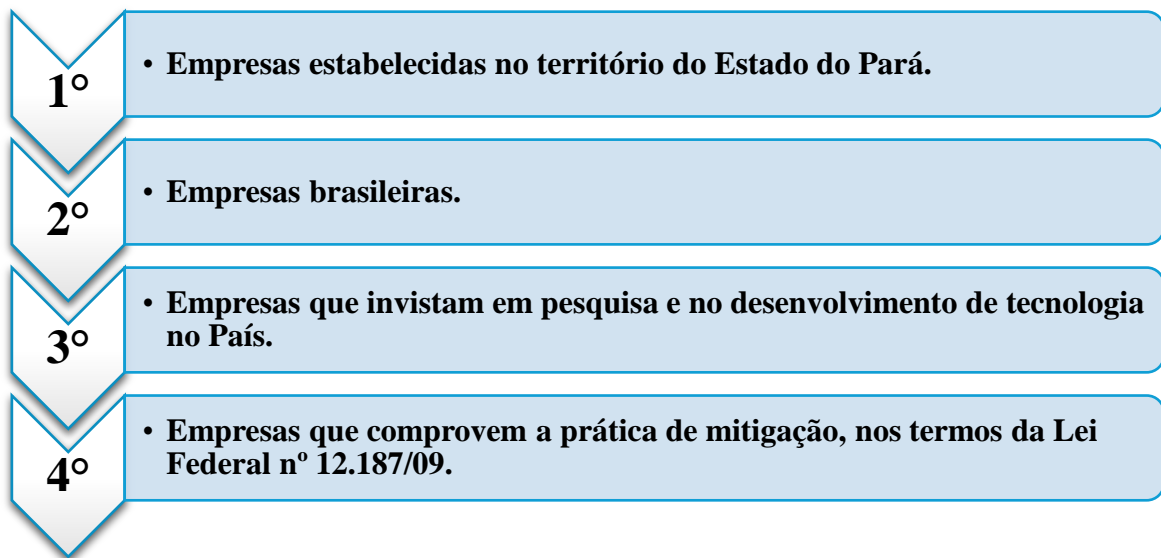
7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação



7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.27.1 O não envio da proposta ajustada no prazo de 2 (duas) horas ensejará na desclassificação do licitante.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 - Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b) O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a) Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas a e b do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos itens 8.8 e 8.9, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d) Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a) Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b) Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

8.20 A proposta de preço atualizada em conformidade com o último lance ofertado e, quando for o caso, o preço negociado, deverá ser enviada no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação do Pregoeiro, e conter ainda as seguintes informações:

8.20.1 Ser disponibilizada em formato digital, preferencialmente com o timbre oficial da empresa com a razão social e o número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), elaborada com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada;

8.20.2 Fazer menção ao número deste edital e conter referência ao endereço comercial e eletrônico, incluído CEP, número de telefone e dados bancários (códigos do banco e agência e número da conta corrente) exigidos para emissão de nota de empenho, formalização do contrato e pagamento de faturas;

8.20.3 Conter referência aos dados de identificação (nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, e-mail) da pessoa responsável pela assinatura do termo de contrato e da pessoa a ser designada como preposto da empresa na execução do contrato;

8.20.4 Declarar concordância com o prazo de entrega e demais condições previstas no Termo de Referência (Anexo I).

8.20.5 Declarar prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

CLÁUSULA 9 - Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.1.1 Para habilitação neste certame será verificada a seguinte documentação:

9.1.1.1 Jurídica

9.1.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

9.1.1.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.1.1.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

9.1.1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.1.1.1.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.1.1.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.1.1.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.1.2 Técnica

9.1.1.2.1 Atestados ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação do objeto compatível em características e quantidades com o objeto deste Pregão.

9.1.1.2.2 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

9.1.1.2.3 Na forma exposta em Termo de Referência, será exigida habilitação técnica adicional.

9.1.1.3 Regularidade fiscal, social e trabalhista perante a Fazenda Federal, Estadual / Distrital e Municipal

9.1.1.3.1 Receita Federal e PGFN



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

9.1.1.3.2 FGTS

9.1.1.3.3 Trabalhista

9.1.1.3.4 Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda

9.1.1.3.5 Receita Estadual/Distrital

9.1.1.3.6 Receita Municipal

9.1.1.4 Econômico-financeira

9.1.1.4.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei.

9.1.1.4.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.1.1.4.3 A comprovação de boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{(\textit{Ativo circulante} + \textit{Realizável a longo prazo})}{(\textit{Passivo circulante} + \textit{Passivo não circulante})}$$

$$SG = \frac{\textit{Ativo total}}{(\textit{Passivo circulante} + \textit{Passivo não circulante})}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo circulante}}{\textit{Passivo circulante}}$$

9.1.1.4.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.1.1.4.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.1.2.4.6 As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer um dos índices de liquidez, deverão comprovar, como critério alternativo de habilitação, Patrimônio Líquido (PL) mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

total estimado da contratação, em estrita observância ao art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1.5 Documentação complementar

9.1.1.5.1 Declaração de Sustentabilidade Ambiental, nos termos do Anexo do Edital ou mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que comprove que a empresa adota práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Decreto Federal 7.746/2012.

9.2 O licitante deverá enviar via Anexo do Sistema, junto a sua proposta, os documentos de habilitação solicitados em Edital, ainda que estes constem no SICAF, para fins de acesso aos demais licitantes, em respeito ao Princípio da Transparência, a partir da convocação do pregoeiro.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação não poderão ser substituídos pelo SICAF.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da convocação do Pregoeiro.

9.14.1 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

- a) Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluído o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10 - Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor:

- a) Pela autoridade competente, caso não haja interposição de recurso; ou
- b) Pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 - Recursos



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.1.1 Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata e motivada após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

11.1.2 O prazo para manifestação da intenção de recurso no sistema eletrônico será de 10 (dez) minutos, contados do aviso enviado pelo Sistema/Pregoeiro no chat da sessão.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis no Sistema PAE.

CLÁUSULA 12 - Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

INFRAÇÃO

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - 1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 4) Deixar de apresentar amostra;
 - 5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- e) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

PENALIDADE

- **Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado; e**
- **Impedimento de licitar e contratar***

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

INFRAÇÃO

- f) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- h) Fraudar a licitação;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1) Agir em conluio ou contra a lei;
 - 2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 3) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13;
- l) Dar causa à inexecução total do contrato.

PENALIDADE

- **Multa** 15% a 30% do valor do contrato licitado; e
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3 As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o item 12.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13 - Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail cpl@uepa.br.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14 - Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal ComprasPará e site da UEPA.

14.12 Eventuais garantias previstas nos anexos deste Edital deverão ser observadas neste processo licitatório e na execução do objeto licitado.

14.13 Quando quaisquer dos anexos deste Edital fizer menção à área geográfica legalmente definida, caberá ao LICITANTE observar a legislação vigente e as supervenientes alterações legais neste processo licitatório e na execução do objeto licitado.

14.13.1 Em caso de divergência entre qualquer ato ou comunicação da Administração ocorridos no processo licitatório, quando não previsto nos anexos deste Edital, e a legislação que defina ou crie área geográfica específica, caberá ao LICITANTE observar a Lei e as alterações dela.



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

14.14 Toda legislação ou normatização infralegal tratada por quaisquer anexos deste Edital deverá ser observada pelos LICITANTES.

14.15 Na execução do objeto licitado, quando houver divergência de entendimentos, entre a Administração e o Adjudicado, sobre dispositivos legais, infralegais ou contratuais, o Adjudicado, quando demandado pela Administração, deverá expor detalhadamente, de maneira formal e escrita, o seu entendimento sobre o conteúdo da questão controvertida.

14.15.1 A exposição detalhada de entendimento deverá ser feita à autoridade que gerencie ou fiscalize a execução de serviço, o fornecimento de bens ou a operacionalização de serviços de engenharia.

14.15.2 O disposto no item 14.15 poderá, no que couber, ser aplicada na fase recursal, que é regida pela Cláusula 11.

14.16 Havendo alguma impossibilidade no envio de informações e de documentos via Anexo do Sistema, o Pregoeiro poderá conceder que o envio seja efetivado através do e-mail cpl@uepa.br.

14.17 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos pelo Edital.

14.18 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.19 Eventuais modificações no Edital e seus anexos serão divulgadas pelo mesmo meio em que se deu a publicidade do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação das propostas.

14.20 Fica dispensada a reabertura de prazo mencionada no item anterior quando a alteração não afetar, comprovadamente, a formulação das propostas, a competitividade do certame ou os requisitos de habilitação das licitantes.

14.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – DESCRIÇÃO DO MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP
Comissão de Prestação de Licitação

- ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS
- ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE VISTORIA / DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA
- ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Belém, 23 de junho de 2026.

Patrícia Mendonça
AGENTE ADMINISTRATIVO
EQUIPE DE APOIO
MATRÍCULA n° 57201370/1



TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS SEM MÃO-DE-OBRA

PAE: 2025/2561355

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
Empresa especializada com equipe técnica capacitada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças e componentes genuínos das fabricantes dos equipamentos de elevação, para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, conforme discriminados nos itens desta contratação, a seguir:							
Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd anual estimada	Valor Unitário Estimado	Total anual
Único	1	Elevador da Marca Atlas Schindler, percurso de 10M, velocidade de 1 m/s, capacidade para 9 (nove) pessoas (675 kg), alimentação 220v (monofásico ou bifásico), com 3 (três) paradas, instalado nas dependências do Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra, s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.	24517-8	Mês	12	R\$ 2.197,67	R\$ 26.372,04
	2	Elevador modelo Atlas Schindler, com 4 (quatro) paradas, com capacidade para 11 (onze) passageiros (825 kg), instalado no Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra, s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.	24517-8	Mês	12	R\$ 2.197,67	R\$ 26.372,04
	3	Elevador, com 3 (três) paradas, velocidade 1,00	24517-8	Mês	12	R\$ 1.964,34	R\$ 23.572,08



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento

Diretoria de Administração de Serviços

		m/s, capacidade para 7 (sete) pessoas (525 kg), alimentação de 220 V. Instalado no Campus VIII da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida Hileia s/n, bairro Amapá – Marabá/PA. CEP: 68.503-120.					
	4	Elevador, com 3 (três) paradas, capacidade para 10 (dez) pessoas (750 kg), velocidade 1,00 m/min., percurso 7 m., alimentação 220 V. Instalado no Campus XII da Universidade do estado do Pará, localizado na Avenida Plácido de Castro, 1.399, bairro Aparecida – Santarém/PA. CEP: 68.040-090.	24517-8	Mês	12	R\$ 2.064,34	R\$ 24.772,08
	5	Elevador da marca Ortobras Elevadores, modelo 40/10 PM-TYPE T2, com capacidade de carga de 225 kg, norma técnica EN 81-1/2, alimentação 220 V. Instalado no Polo Gastronômico da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida Júlio César, nº. 3488, bairro Souza – Belém/PA – CEP: 68.447-000.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04
	6	Plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, com 2 (duas) paradas, capacidade para 250 kg, percurso de 6 m/min., acionamento hidráulico oleodinâmico, alimentação 220 V.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

		Instalado no Campus IX da Universidade do Estado do Pará, localizado na Rua Bom Jesus s/n, bairro Mutirão – Altamira/PA. CEP: 68.377-078.					
	7	Plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, modelo PLF 40P, capacidade para 275 kg, velocidade de 6 m/min., com 2 (duas) paradas, Cabina: L90 x P140 x A200cm, acionamento: sistema de fuso – Alimentação: 220 V / 60 Hz. Instalado no Campus XXI da Universidade do Estado do Pará, localizado na Trav. Senador José Pinheiro, nº. 263, Bairro Centro, Bragança/PA – CEP: 68.600-000.	24517-87	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04
	8	Elevador da marca Vertiline, com 3 (três) paradas, capacidade para 250 kg, percurso de 9 m, velocidade de 15 m/min. Instalado no Campus V da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Enéas Pinheiro, nº. 2626, bairro do Marco – Belém/PA. CEP: 66.095-100.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04
	9	Plataforma de elevação vertical, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 9 m/min., entrada/saída unilateral, com acionamento hidráulico óleodinâmico, alimentação 220 V.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

		Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, nº. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.					
10		Plataforma de elevação vertical, marca, Thyssenkrup, modelo VEH 30, com 2 (duas) paradas, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 6 m/min., com acionamento hidráulico oleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, nº. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04
11		Plataforma de elevação vertical, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6 m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, nº. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04
12		Plataforma de elevação vertical, da marca Wolk, modelo Jh 80 Infolev, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6	24517-8	Mês	12	R\$ 1.797,67	R\$ 21.572,04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, n°. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.					
VALOR GLOBAL ESTIMADO ANUAL						RS 273.664,56
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO						
<p>Para esta contratação, a instituição contratante optou pelo não parcelamento do objeto, agrupando-se os serviços a serem contratados em lote único, em face dos seguintes motivos de conveniência administrativa e gerencial:</p> <p>a) Evita-se a possibilidade de pulverização de contratos de prestação de serviços com o mesmo objeto, afora os aspectos gerenciais e administrativos a seguir indicados;</p> <p>b) Em decorrência do acima exposto, propicia maior racionalidade nos procedimentos gerenciais e de controles administrativos por parte da CONTRATANTE que, inclusive, possui escasso quadro de servidores para múltiplas tarefas e obrigações legais decorrentes de diversos contratos de prestação de serviços celebrados;</p> <p>c) Propicia ganho de economia de escala e uniformidade de procedimentos e relacionamentos entre as partes contratantes.</p> <p>Portanto, com os itens agrupados em um único lote, espera-se não só economia de escala na contratação e o atendimento aos interesses e às conveniências da Administração, como também tornar mais atrativa a licitação ao permitir às licitantes interessadas diluírem seus custos fixos com contratação de maior monta</p>						
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
Qual o motivo da contratação?	<p>Garantir que os equipamentos, discriminados no objeto desta contratação, sejam mantidos em funcionamento contínuo de uso, minimizando interrupções, provendo a garantia da locomoção vertical da comunidade acadêmica da Instituição Contratante, esta composta por servidores técnico-administrativos, professores, alunos e colaboradores terceirizados, portadores ou não de mobilidades físicas reduzidas, bem como, dos usuários da comunidade externa, que utilizam os serviços ofertados pela Contratante.</p> <p>A contratação pretendida caracteriza-se como essencial para cumprimento das normas vigentes quanto à promoção da acessibilidade, objetivando conveniente ao interesse público, caracterizado como continuado e necessário a Administração para o desempenho das suas atividades, por se tratar de serviços que abrangem as necessidades públicas permanentes da Instituição Contratante.</p>					



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	Por fim, ressalta-se que a manutenção preventiva, de forma contínua, dos equipamentos, objeto da presente demanda, constitui-se como procedimento de preservação do patrimônio da Instituição Contratante, salvaguardando agentes e à administração desta quanto a implicações da Lei 8.429/1992, por prejuízos causados ao Erário, em razão de despesas com a compra de novos equipamentos, ocasionadas pela avaria em decorrência da Ação ou Omissão pela não preservação adequada do patrimônio público.
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
Natureza	Trata-se de serviço comum de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que visa o atendimento das necessidades da Universidade do Estado do Pará, de forma contínua, para a manutenção plena, completa e adequada dos equipamentos de elevação vertical para o transporte de pessoas, instalados em suas dependências.
Haverá garantia do serviço?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, 12 (doze) meses, após a sua conclusão, e garantias nas peças de reposição, conforme fabricante e o Código de Defesa do Consumidor. <input type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
Forma de contratação	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
Critério de julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O orçamento estimado é sigiloso?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
Critério para a	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

proposta ser aceita	conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado para a referida contratação.	
Há itens com preferência para microempresas e empresas de pequeno porte?	<input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: <i>(Indicar os itens)</i> . <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
Será exigida habilitação técnica?	<div><div><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</div><div><p>Qual? A empresa contratada deverá ter em seu quadro funcional profissional habilitado para executar os serviços relacionados ao objeto desta contratação.</p><p>Por quê? Em razão de que o funcionário deverá possuir a formação profissional requerida para os serviços objeto desta contratação.</p></div></div>	
Qualificações técnicas exigidas	<div><div><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. <input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. <input checked="" type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativo à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.</div><div><p>Justificativa: Necessidade da licitante apresentar situação de regularidade e comprovação de atividades relacionadas com o objeto da presente licitação, conforme NBR16083 de 07/2012.</p><p>Justificativa: Registro no CREA</p><p>Justificativa:</p><p>Justificativa: Necessidade de comprovação, no momento da contratação, de profissional que se responsabilize tecnicamente pelos serviços a serem executados, na</p></div></div>	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	<p>modalidade de engenharia mecânica (ou equivalente que permita responsabilidade técnica por sistemas de elevadores), apresentando o registro profissional definitivo no respectivo conselho profissional.</p> <p>Justificativa: A Contratada deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por entidade da Administração Pública ou empresas da iniciativa privada, comprovando a execução dos serviços a serem contratados, por período de no mínimo 12 (doze) meses, em equipamentos equivalentes e/ou similares aos instalados nas dependências da Contratante, conforme discriminados nos documentos iniciais da referida contratação.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p> <p>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></p>
<p>Há critério de sustentabilidade?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Em atendimento às determinações da Instrução Normativa nº. 01/2010 da SLTI/MPOG, a contratada deverá observar critérios legais de sustentabilidade ambiental, dentre os quais:<ol style="list-style-type: none">a) Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;b) Orientação aos funcionários quanto a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água encanada e redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	<ul style="list-style-type: none">c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;d) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;e) Utilizar lâmpadas de LED nas cabinas dos elevadores, a fim de reduzir o consumo de energia. <p>2. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
Há riscos a serem assumidos pela contratada?	<p><input type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>(Somente é possível definir os riscos se a etapa “análise de risco” tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
Há previsão de vistoria?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado de servidor designado para esse fim;</p> <p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o penúltimo dia anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, no horário de 8h30 às 16h00, mediante agendamento prévio, via e-mail através do endereço: das@uepa.br, para acompanhamento de servidor da instituição;</p> <p>Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documentação civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;</p> <p>Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, atestando pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação;</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	<p>O declínio na realização da vistoria não poderá ser utilizada, posteriormente, como alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir o ônus dos serviços decorrentes.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
Como o serviço será prestado?	<p><input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O início da prestação dos serviços se dará, a partir de 07/08/2026, após o término do contrato vigente, com eficácia a contar da publicação na Imprensa Oficial do Estado do Pará.</p> <p>O modelo de execução dos serviços estão detalhados no Anexo I deste termo de referência.</p>
Local e hora da prestação do serviço	<p>O serviço deverá ser prestado nos Campi e Unidades da Universidade do Estado do Pará, localizados na capital e interior do estado do Pará, que possuem os equipamentos de elevação instalados, dentro do horário de expediente administrativo de cada local.</p>
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
Prazo do contrato	12 meses.
Haverá possibilidade de prorrogação?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
Forma de pagamento	<p>Meio Ordem bancária.</p> <p>Onde?</p> <ul style="list-style-type: none">• Conta corrente da Contratada no Banco do Estado do Pará, ou:• Conforme o Decreto Estadual nº. 877, de 31/03/2008, nas situações em que o contratado não possuir conta no Banco do estado do Pará, o pagamento será efetuado por meio de conta informada pelo interessado, com pagamento de taxas a cargo do prestador de serviço e/ou fornecedor. <p>Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) acompanhadas das ordens de serviço, devidamente</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	<p>atestadas por servidor lotado no local de ocorrência da prestação dos serviços, e o comprovante de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.</p> <p>Prova da regularidade fiscal, social e trabalhista</p> <p>Deverá ser provada através da apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>
<p>Qual a garantia do contrato?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.</p> <p>Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.</p> <p>A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.</p> <p>O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.</p> <p>Justificativa: <i>(A não exigência de garantia deve ser justificada).</i></p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>Dados orçamentários da contratação</p>	<p>Funcional xxx. Programática: xxx.</p> <p>Elemento de Despesa: xxx.</p> <p>Fonte do Recurso: xxx.</p> <p>Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</p>

Belém (PA), 29 de May de 2026.

(Assinado eletronicamente)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

ANDRÉIA TRINDADE
Agente administrativo
Matrícula SEPLAD: 57202125/1



ANEXO I – DESCRIÇÃO DO MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. INÍCIO DA EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. O início da prestação dos serviços se dará, a partir de 07/08/2026, após o término do contrato vigente, com eficácia a contar da publicação na Imprensa Oficial do Estado do Pará.

1.2. A CONTRATADA, deverá apresentar à fiscalização/gestão contratual, antes do início da prestação dos serviços e em até 10 (dez) dias corridos da publicação na Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, do extrato do contrato, as seguintes documentações:

1.2.1. Carta de preposição contratual, devendo conter, no mínimo, nome completo, número do documento Oficial de Registro Geral e informações de contato (endereço de e-mail e número de telefone);

1.2.2. Relação nominal dos colaboradores da Contratada que deverão possuir acesso às dependências da Contratante, atualizando-a sempre que necessário, acompanhada dos seguintes documentos:

1.2.2.1. Cópia do registro de cadastro funcional;

1.2.2.2. Atestado de saúde ocupacional, conforme NR-7;

1.2.2.3. Cópia dos comprovantes de entrega dos equipamentos de proteção individual específico para a função desempenhada;

1.2.2.4. Cópia do certificado de trabalho em altura, conforme NR-35.

1.3. Cronograma de Inspeções ou Plano de Manutenção Preventiva a ser fornecido pela Contratada.

2. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Apresentar declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa, que durante a execução dos serviços usará tão somente, peças e componentes novos e originais, com garantia do fabricante;

2.2. Declaração de que na execução dos serviços objeto do presente documento, obedecerá as Normas Técnicas da ABNT e as orientações da fabricante dos equipamentos, objeto desta contratação, e legislações pertinentes e aplicáveis;

2.3. Declaração datada e assinada pelo responsável da empresa de que possui instalação apropriada e aparelhamento para a execução do serviço, reservando a Contratante o direito de vistoriá-la, antes da assinatura do contrato, podendo desclassificar a empresa que instalações inadequadas e/ou tenha condições insatisfatórias;

2.4. A Contratante entende como adequada e satisfatória, as instalações que atenda basicamente aos seguintes parâmetros:

2.4.1. Possuir central de atendimento telefônico para as comunicações entre as partes, inclusive os chamados de emergência e casos excepcionais;

2.4.2. Possuir oficina aparelhada para cumprir as obrigações contratuais, com ferramentas adequadas e em bom estado, com espaço suficiente para a recuperação de peças e componentes que porventura não possam ser separados nos locais de instalação;

2.4.3. Possuir serviços de plantonistas 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, para atender, com presteza, a qualquer chamados decorrentes de eventuais paralisações e/ou funcionamento deficiente dos elevadores, como liberar pessoas presas na cabine e/ou em caso de acidentes ocasionados pelo mau funcionamento dos equipamentos;

2.4.4. Possuir almoxarifado com pequenos componentes originais para as marcas dos equipamentos existentes e instalados nas dependências da Contratante, conforme discriminados do objeto deste documento contratual, que não degrade a sua qualidade e performance, para uso imediato, tais como: bobinas; chaves de



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

comando; disjuntores; sirenes; relês; botoeiras e botões; escovas; contatos móveis, fotocélulas; rolamentos; correias; fitas; fios e componentes eletroeletrônicos e mecânicos de pequeno porte, inclusive amortecedores para portas;

2.4.5. Possuir as ferramentas necessárias para a execução dos serviços pactuados.

2.5. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA, comprovando que a empresa prestadora e seu responsável técnico tenham prestado ou estejam prestando serviços de manutenção de elevadores. O(s) responsável(is) técnico(s) constantes(s) do(s) atestados deverá(ão) ser engenheiro(s) mecânico(s), o que será comprovado com Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica fornecida pelo CREA;

2.6. a empresa prestadora dos serviços deverá ainda, comprovar através de Certidão de Registro e Quitação do CREA, para efeitos de assinatura do contrato, que possui em seu quadro permanente no mínimo: 01 (um) engenheiro mecânico;

2.7. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais se fará através da apresentação da ficha de registro de funcionário e registro no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciária e Trabalhistas - E-Social.

3. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS:

Os serviços, objeto do presente documento de contratação, tem por finalidade garantir o funcionamento continuado de equipamentos de elevação, para o transporte vertical de pessoas, cujas características são as seguintes:

3.1. **Manutenção preventiva:** adoção e aplicação de um conjunto de procedimentos técnicos, por meio da realização de inspeção minuciosa, destinados a prevenir ocorrências de quebras ou defeitos dos equipamentos de elevação, tais como: lubrificação de peças, limpeza, regulagem, ajuste geral nos sistemas de controle, comando e instalações, nos equipamentos mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos ou pneumáticos, bem como medições de voltagem, amperagem, temperatura ambiente, entre outras, de modo a conservá-los em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada equipamento, proporcionando seu funcionamento de forma segura, eficiente e econômica;

3.2. **Manutenção corretiva:** destinada a remover todos os defeitos apresentados pelos equipamentos de elevação, compreendendo, nesse caso, além da mão de obra técnica, o fornecimento e a substituição de peças, inclusive reparos, componentes, acessórios, partes ou outros materiais necessários aos ajustes e reparos para seu funcionamento;

3.3. **Manutenção emergencial:** Serviços ocasionados por circunstâncias acidentais em situações críticas, que se caracterizam pelo alto grau de imprevisibilidade, cujas ocorrências perigosas ou fortuitas possam colocar em risco a integridade física de usuários que estejam utilizando os equipamentos de elevação e/ou as instalações prediais onde se encontrem instalados os respectivos equipamentos.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Executar, mensalmente, manutenção preventiva em todos os equipamentos descritos no objeto desta contratação, de acordo com Cronograma de Inspeções ou Plano de Manutenção Preventiva a ser fornecido pela Contratada;

4.2. Durante o curso dos trabalhos de manutenção preventiva e corretiva a Contratada deverá proceder à sinalização devida, distribuir os profissionais e materiais por meio do Plano de Atividades por ela elaborado, devendo ser submetido à apreciação da Fiscalização;

4.3. Realizar mensalmente os serviços de limpeza e lubrificação, de acordo com a necessidade do local, das máquinas, geradores, quadros de comando, seletores, indutores, limites, guias, partes externas dos carros, contrapeso, mecanismo de porta e demais partes mecânicas e elétricas dos equipamentos de elevação;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

4.4. Objetivando proporcionar o funcionamento eficiente, seguro e econômico dos equipamentos, a Contratada deverá inspecionar mensalmente e de acordo com a necessidade técnica, considerando, principalmente, a segurança, a casa de máquinas, caixa, poços, pavimentos, demais instalações e particulares dos equipamentos de elevação da Contratante;

4.5. Essas inspeções fazem parte da manutenção preventiva que deverá ser complementada com testes, regulagens, ajustes e pequenos reparos nos seguintes particulares: relês, chaves, contadores, conjuntos eletrônicos e demais componentes dos armários de comando, seletor, despacho, redutor, polia, rolamentos, mancais e freio de máquina de tração, coletor, escovas, rolamentos e mancais de motor e gerador, limitador de velocidade, aparelho seletor, sensor óptico, cavaletes, interruptores e indutores, limites, guias, cabos de aço, cabos elétricos, dispositivos de segurança, contrapeso, para-choques, polias diversas, rampas mecânicas e eletromagnéticas, cabina, portas, operadores elétricos, fechadores, trincos, fixadores, tensores, corredeiras, botoeiras sinalizadores e demais equipamentos;

4.6. Emitir o relatório de Manutenção Preventiva Mensal para a fiscalização do contrato, constando data, registro das inspeções realizadas, identificação dos componentes do sistema que receberam manutenção, os problemas técnicos constatados e as soluções aplicadas;

4.7. Deverá o técnico da Contratada, disponibilizar comprovante da manutenção, imediatamente após finalizada, ao servidor do local que acompanhou a realização da referida, constando identificação adequada: nome completo, função/cargo e número do documento de identificação, a data e assinatura, do técnico que realizou a manutenção, bem como, do servidor que acompanhou o técnico na execução dos serviços;

4.8. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais a separação de todo o material recolhido ou utilizado obedecendo às normas legais e a política de separação de resíduos adotada na Instituição Contratante.

5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato;

5.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

5.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6. VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda a sexta-feira, no horário de 08h30min. às 16h00min;**

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o penúltimo dia anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

6.3. Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá fazer o agendamento pelo e-mail **das@uepa.br**, estar devidamente identificado, no momento da visita, apresentando documento de identidade civil com foto e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. O interessado, no dia do agendamento, deverá procurar a Coordenação Administrativa do local onde o serviço será prestado;

6.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

Além das obrigações legais, a Contratante obriga-se ainda a:

- 7.1. Fornecer a Contratada os elementos indispensáveis ao cumprimento dos termos contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de início da vigência contratual;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- 7.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.4. Permitir, mediante prévia programação, o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Contratante, onde se encontram instalados os equipamentos do objeto contratual;
- 7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com os termos contratuais e exigir a devida reparação dos que não estiverem a contento;
- 7.6. Proceder ao pagamento dos serviços prestados na forma e prazo pactuados;
- 7.7. Alocar recursos financeiros para cobrir as despesas de execução deste Contrato, conforme especificado dos termos contratuais;
- 7.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente;
- 7.9. Exercer a gestão e a fiscalização dos serviços, por meio de servidores especialmente designados as referidas funções;
- 7.10. Notificar a Contratada por escrito da(s) ocorrência(s) de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.11. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- 7.12. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pelo gestor do contrato desde que observado o limite da legislação trabalhista vigente;
- 7.13. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas;
- 7.14. Impedir que terceiros, que não sejam da empresa Contratada, executem os serviços pactuados;
- 7.15. A Contratante, representada pela gestão/fiscalização do contrato será a responsável por convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 7.16. Realizar reuniões, quando necessário, com o preposto da Contratada, visando a garantia da qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;
- 7.17. É vedada a Contratante possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da Contratada, inclusive exercendo o poder de mando, devendo se reportar ao preposto ou responsável indicado pela Contratada quanto a assuntos inerentes a contratação e documentação dos empregados da Contratada;
- 7.18. A Contratante fica proibida de promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 7.19. A Contratante não poderá conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- 7.20. A Contratada deverá convocar o preposto para adoção de quaisquer providências necessárias a perfeita execução do contrato, as quais deverão ser cumpridas de imediato;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

7.21. As comunicações entre a Contratada e a Contratante devem ser realizadas, preferencialmente, por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, eventualmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim e ainda, a utilização de aplicativos de mensagens quando pertinente;

7.22. Nas situações de descontos e/ou deduções no faturamento, a Contratada deverá identificá-los na nota fiscal, a título de controle da gestão e fiscalização contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital e sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado e, ainda:

8.1. Disponibilizar endereço físico, contatos de telefone fixo, telefone móvel e endereço eletrônico que possibilitem comunicação imediata entre a Contratante e a Contratada;

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes nos termos desta demanda contratual;

8.3. Responder as ligações telefônicas realizados pela Contratante ao(s) telefone(s) informado(s) na proposta, dentro do horário comercial, bem como responder aos e-mails da fiscalização, no prazo de até 48 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta;

8.4. Caso a Contratada se exima em responder a e-mails ou atender aos telefones por 05 (cinco) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;

8.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6. Designar de sua estrutura administrativa um preposto permanente, o qual ficará responsável pela perfeita execução dos serviços, bem como para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços pactuados;

8.7. Quando da assinatura do contrato, apresentar a relação contendo os nomes e os respectivos comprovantes empregatícios dos seus empregados que serão designados para a prestação dos serviços pactuados;

8.8. Arcar com ônus do material de reposição/peças/componentes efetivamente empregado na manutenção preventiva e na corretiva e em demandas novas oriundas da execução direta e indireta da manutenção de todos os aparelhos, inclusive as despesas decorrentes da remoção e transferência de qualquer dos aparelhos a serem mantidos, reinstalados ou instalados;

8.9. Apresentar Relatório Mensal de Serviços assinado pelo engenheiro mecânico e/ou pelo engenheiro eletricista, informando a situação das instalações elétricas e prediais referentes aos equipamentos, bem como as ordens de serviços correspondentes aos serviços de manutenções preventivas e corretivas do mês, constando os serviços executados, materiais e peças utilizados, devidamente assinados pelo técnico responsável da empresa;

8.10. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer prestador de serviço cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços pactuados;

8.11. Fornecer e manter atualizada a relação de todo o seu efetivo destinado à prestação dos serviços pactuados, por ocasião da apresentação do Relatório Mensal, mantendo equipe de profissionais com efetivo necessário e capacitada às atividades abrangidas por este documento contratual;

8.12. Proceder à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Profissional, dos serviços prestados à Instituição Contratante, devendo comprová-lo em até 15 (quinze) dias, corridos, após a



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

assinatura do contrato, bem como nas renovações e/ou alterações e na substituição do Responsável Técnico, junto ao CREA-PA;

8.13. A licitante vencedora, sendo de outro estado da federação e não possuindo “registro” no CREA-PA, deverá apresentar, ao setor responsável pela elaboração do contrato, cópia do “visto” do CREA-PA, na data da assinatura do contrato, devendo providenciar o respectivo registro até o término da validade do visto;

8.14. Apresentar ao Fiscal do Contrato, quando solicitado, os documentos a seguir elencados:

8.14.1. Comprovante de pagamento de salário, conforme o art. 464 da CLT;

8.14.2. Deverá constar das comprovações de pagamento salarial: os proventos mensais e adicionais; férias mais um terço constitucional; décimo terceiro salário (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria; e salário-família, quando devido;

8.14.3. Quanto ao benefício de vale-refeição ou alimentação, o mesmo pode estar inserido no recibo de pagamento ou ser apresentado em comprovante em apartado, referente ao mês que se inicia, quando devido;

8.14.4. Comprovações de fornecimento do vale-transporte referente ao mês que se inicia, e/ou declaração de não opção do referido benefício, pelo funcionário;

8.14.5. Comprovação do depósito, bem como a relação de trabalhadores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS Digital);

8.14.6. Guia e recolhimento das cotas à Previdência Social (INSS);

8.14.7. Havendo eventual rescisão contratual entre a empresa contratada e seu(s) empregado(s), é imprescindível a entrega dos seguintes documentos:

8.14.7.1. Termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente homologado, quando o trabalhador estiver há mais de um ano prestando serviço na empresa, assinado pelo empregado;

8.14.7.2. Comprovação da concessão de aviso prévio, trabalhado ou indenizado (assinado pelo respectivo trabalhador);

8.14.7.3. Cópia da guia de recolhimento rescisório do FGTS e da Contribuição Social em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em hipótese de extinção de contrato por prazo determinado;

8.15. Disponibilizar uniformes e crachás (contendo os dados funcionais e pessoais) para os funcionários que desempenharão os serviços pactuados nas dependências da Contratante, devendo proceder prévia orientação quanto a obrigatoriedade do uso na execução dos serviços. A permanência de funcionários nas dependências da Contratante sem o uso do uniforme e/ou o crachá de identificação durante a prestação dos serviços, configurará como infração de natureza média, sendo passível de aplicação de multa;

8.16. Prover à mão de obra designada para a execução dos serviços pactuados, o fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPI. Ocorrendo em falta grave a não observância de tal obrigação;

8.17. Envidar, na execução do presente objeto, todo o empenho e a dedicação necessária ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes serão confiados, como emprego de pessoal, equipamento e material necessário à eficiente execução do contrato e ainda a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste em que se verificarem vício, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da inexecução dos serviços;

8.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar a prestação a que está obrigada;

8.19. A Contratada disponibilizará recursos humanos de seu quadro para a execução dos serviços objeto do contrato para a realização das atividades, conforme abaixo:

8.19.1. **Técnico mecânico de elevadores:** com experiência comprovada em registros funcionais, com atribuições que equivalentes a execução do objeto desta contratação;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

- 8.19.2. **Auxiliar técnico de manutenção de elevadores:** com experiência comprovada em registros funcionais, com atribuições que incluem o apoio às atividades inerentes ao técnico mecânico de elevadores;
- 8.20. Todas as ferramentas, equipamentos de manutenção e aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários para a execução dos serviços objeto desta demanda contratual, deverão ser providenciados e fornecidos aos técnicos pela Contratada, não recaindo sobre a Contratante nenhuma responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total dos mesmos;
- 8.21. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os similares de propriedade da Contratante;
- 8.22. Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente do serviço, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- 8.23. Manter o local de realização dos serviços limpo;
- 8.24. Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto desta contratação;
- 8.25. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados e/ou prepostos;
- 8.26. Deverá comunicar, previamente, a CONTRATANTE, quanto a reparos em instalações elétricas e/ou estruturas onde os equipamentos estão instalados, os quais incorrerem em paralisações dos equipamentos objeto desta contratação;
- 8.27. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
- 8.28. Comunicar de imediato ao Contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- 8.29. Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a Contratante;
- 8.30. Encaminhar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do contrato, cronograma anual de manutenções preventivas, observando o quantitativo equipamentos, conforme descritos nos itens do objeto deste Termo de Referência;
- 8.31. Em caso de alteração do cronograma anual de manutenções, encaminhar cronograma atualizado, no mínimo 07 (sete) dias corridos, anteriores a próxima manutenção prevista para atendimento;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133. de 2021);
- 9.2. As comunicações entre as partes deverão ocorrer por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 9.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 9.4. Após a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Contratante convocará o representante da Contratada para reunião inicial, visando apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

- 9.5. A execução do objeto contratual será acompanhada pelo gestor e/ou fiscal(is) do contrato a serem, posteriormente, designados pela gestão superior da Instituição Contratante;
- 9.6. O gestor e/ou fiscal deverá, após conferir e aprovar, atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados no período faturado;
- 9.7. A Contratada deverá indicar um preposto, o qual será o interlocutor junto a gestão e fiscalização do contrato, informando nome completo, e-mail e telefone, para a comunicação entre as partes;
- 9.8. A Contratante acompanhará a entrega dos serviços pactuados em conformidade com as especificações deste termo de referência;
- 9.9. O objeto desta licitação será recebido:
- 9.9.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo gestor e/ou fiscal do contrato, a ser designado;
- 9.9.2. Definitivamente, com entrega dos produtos, mediante aceite emitido pelo gestor e/ou fiscal do contrato;
- 9.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a Contratada da responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto, observando-se o disposto no artigo 119, da Lei Federal 14.133/2021 e alterações.

10. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE CONTRATUAL

- 10.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo **aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração** para o serviço contratado, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto e, principalmente, a garantia do resultado efetivo da contratação requerida em atendimento ao Art. 169 da Lei nº. 14.133/2021;
- 10.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma **preventiva, rotineira e sistemática**, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 10.3. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais;
- 10.4. O recebimento provisório dos serviços, ficarão a cargo do fiscal do contrato, no que couber;
- 10.5. A gestão do contrato será exercida pelo servidor ocupante do cargo de diretor da Diretoria de Administração de Serviços, que é o setor requisitante desta contratação, o qual indicará, posteriormente, o(s) fiscal(is) e respectivo(s) substituto(s);
- 10.6. Em razão da instituição contratante ser constituída por multi campi, porém, com a administração centralizada em sua sede administrativa, localizada na capital do estado do Pará, ocorrendo que o local onde os serviços serão prestados será em unidades da Contratante localizadas em endereços distintos e, e, alguns casos, em cidade distante de sua sede da administração, haverá a necessidade de indicação de fiscalização setorial, a qual deverá ser exercida pelo coordenador geral ou o coordenador administrativo do respectivo campus ou por outro servidor por indicação deste, desde que o referido servidor esteja lotado e exerça suas funções laborais na mesma unidade;
- 10.7. Para ambas as funções definidas nos subitens anteriores deverá a Contratante formalizar a indicação em ato normativo próprio e com eficácia através de publicação no Diário Oficial do Estado do Pará;
- 10.8. Para o exercício da função, gestor e os fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação;
- 10.9. Os fiscais deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação, nos casos de seu desligamento ou afastamento definitivo;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

10.10. Para o exercício da função, os fiscais deverão receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo Setor de Contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do termo de contrato, da proposta da licitante vencedora da contratação, da garantia e demais documentos indispensáveis à fiscalização;

10.11. O encargo de fiscal não pode ser recusado injustificadamente pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso;

10.12. Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação;

10.13. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo aos fiscais e aos fiscais setoriais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

10.14. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato que as enviará ao superior hierárquico em tempo hábil para a adoção de medidas sanadoras;

11. OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

11.1. Elaborar, em conjunto com os fiscais, a implantação da planificação, execução e supervisão permanente da execução dos serviços contratados;

11.2. Dar ciência ao relatório de acompanhamento realizado pela fiscalização do contrato, dando os prosseguimentos administrativos necessários;

11.3. Notificar a Contratada quanto a observância e/ou a regularização de ocorrências/pendências na execução dos serviços contratados, relatadas pela fiscalização;

11.4. Providenciar, mediante solicitação do Setor de Contratos da Contratante, a instrução processual, visando procedimentos de alterações contratuais, quando necessário;

11.5. Cobrar o devido cumprimento das obrigações dos responsáveis pela fiscalização do contrato;

11.6. O recebimento definitivo dos serviços, ficará a cargo do gestor do contrato, que será dado após o recebimento provisório dos fiscais que deverá estar acompanhado do relatório de fiscalização dos serviços.

12. OBRIGAÇÕES DOS FISCAIS DO CONTRATO

12.1. Implantar de forma adequada, com o apoio do gestor, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada;

12.2. Ordenar a imediata retirada do local, bem como, a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, ou que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

12.3. Examinar carteiras profissionais dos empregados colocados aos seus serviços para comprovar o registro de função profissional;

12.4. Fiscal do Contrato se reserva o direito de rejeitar qualquer profissional da CONTRATADA que não corresponda ao desempenho das tarefas definidas nas atribuições de sua categoria, e principalmente, quando se verifique continuidade de erro que coloque em risco a segurança operacional, se não a do próprio operador (Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho), comunicando o fato à Contratada para as devidas providências;

12.5. As ocorrências referentes à execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo aos fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

12.6. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato o qual deverá enviar ao superior hierárquico em tempo hábil para as devidas providências;

12.7. A fiscalização pelo correto e integral cumprimento do Contrato poderá:

12.7.1. Exigir a substituição de qualquer empregado que negligencie ou tenha mau comportamento durante o serviço, solicite propina, peça e/ou use drogas ou bebida alcoólica, faltando com o respeito para com a comunidade universitária;

12.7.2. Exigir a imediata retirada do serviço de qualquer trabalhador que não esteja usando uniforme ou EPI adequado às suas funções;

12.7.3. Determinar que sejam refeitos os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, se os já executados não estiverem satisfatórios, seja quantitativa ou qualitativamente.

12.8. Os fiscais do contrato deverão obrigatoriamente apresentar relatório mensal sobre as etapas/fases da execução contratual, no término de cada etapa ou sempre que solicitado pela Administração contratante.

13. OBRIGAÇÕES DOS FISCAIS SETORIAIS

13.1. Acompanhar a execução dos serviços, devendo cientificar a Diretoria de Administração de Serviços todas as irregularidades verificadas;

13.2. Solicitar ao gestor/fiscal do contrato, providências quanto a imediata retirada do local, bem como, a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, ou que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

13.3. As ocorrências referentes à execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, devendo o fiscal setorial encaminhar, mensalmente, a Diretoria de Administração de Serviços, via e-mail, relatório de **acompanhamento** dos serviços devidamente preenchido e assinado pelo fiscal setorial designado;

13.4. É vedado aos fiscais setoriais a tomada de qualquer decisão que não esteja aqui prevista, sem o devido conhecimento e autorização pela Diretoria de Administração de Serviços da Contratante;

13.5. Os fiscais setoriais serão responsabilizados pelo não cumprimento de suas obrigações aqui dispostas, com a devida abertura de procedimento administrativo para apurar os fatos que ensejaram o não cumprimento;

13.6. A fiscalização setorial pelo correto e integral cumprimento do Contrato poderá:

13.6.1. Exigir a substituição de qualquer empregado que negligencie ou tenha mau comportamento durante o serviço, solicite propina, peça e/ou use drogas ou bebida alcoólica, faltando com o respeito para com a comunidade universitária;

13.6.2. Exigir a imediata retirada do serviço de qualquer trabalhador que não esteja usando uniforme ou EPI adequado às suas funções;

13.6.3. Determinar que sejam refeitos os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, se os já executados não estiverem satisfatórios, seja quantitativa ou qualitativamente.

13.7. Os fiscais do contrato deverão obrigatoriamente apresentar relatório mensal sobre as etapas/fases da execução contratual, no término de cada etapa ou sempre que solicitado pela Administração Contratante.

14. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

- 14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- 14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6. Não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificável;
- 14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Nos casos em que a Contratada incorrer nas infrações administrativas previstas no subitem anterior, ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:
 - 14.2.1. Advertência;
 - 14.2.2. Multa: moratória e/ou compensatória;
 - 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública do Estado do Pará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 14.3. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados:
 - 14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual fato gerador a ser imputado à hipótese normativa – leve, média, grave ou gravíssima;
 - 14.3.2. As peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº. 14.133/2021;
 - 14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.

Belém (PA), 28 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)

ANDRÉIA TRINDADE

Agente administrativo/DAS

Matrícula SEPLAD: 57202125/1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

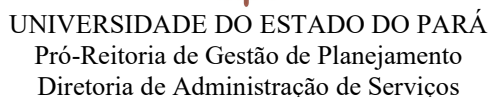
PAE nº 2025/2561355

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	<p>Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores e plataformas de elevação, incluindo a oferta de peças e componentes.</p> <p>A necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes, dos equipamentos de elevação para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, é em razão da utilização contínua dos equipamentos, a qual se dá pelos usuários da comunidade acadêmica que possuem ou não necessidades especiais de mobilidade física e necessitam de locomoção adequada dentro dos espaços da Instituição, devendo o funcionamento ocorrer de forma ininterrupta, sendo necessário o rigor nas manutenções, atendendo aos padrões de qualidade e atendimento das normas de segurança vigentes.</p> <p>A manutenção preventiva mensal dos equipamentos de elevação constitui-se como procedimento de preservação do patrimônio da Instituição contratante e a redução de gastos com a necessidade de compra de novos equipamentos por avarias em decorrência da falta de manutenção e, ainda, em atendimento das normas de promoção da acessibilidade e segurança à comunidade acadêmica e usuários que utilizam os espaços da Universidade do Estado do Pará.</p>
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bem. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço.
QUAL A NATUREZA?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.
	<input type="checkbox"/> Não continuada.
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

	<input type="checkbox"/> anos.	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Contrato n°: 07/2020 - UEPA Prazo final: 06/08/2026 <input type="checkbox"/> Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	A solução a ser contratada deverá fornecer os serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, com substituição de peças e componentes genuínos da fabricante, dos equipamentos de elevação para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, em seus campi e unidades localizados no interior e capital do estado do Pará;
	2	A empresa contratada deverá ser idônea e do ramo da atividade, e seu quadro funcional deve dispor de funcionários com experiência na área de atuação, bem como qualificação e habilitação junto ao Conselho Regional Engenharia e Agronomia, conforme resolução n° 218 do CONFEA;
	3	Os procedimentos e a técnica para a execução dos serviços a serem contratados deverão seguir rigorosamente as recomendações das fabricantes dos equipamentos de elevação instalados nos espaços da Contratante, bem como às normas técnicas aplicáveis, sendo as instruções estabelecidas nesta especificação, consideradas exigências mínimas a serem cumpridas pela Contratada;
	4	A Contratada deverá fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela Contratante;
	5	Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações das fabricantes dos equipamentos a serem mantidos;
	6	Não há necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pois trata-se de serviço comum em que diversas empresas especializadas atuam no ramo e, assim, não haverá obrigatoriedade

Página: 3/12



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>preventiva, corretiva e emergencial, visando a um nível mínimo de ocorrência de falhas, com menos transtornos para a comunidade acadêmica e usuários que utiliza os espaços onde os equipamentos estão instalados.</p> <p>Em virtude de se tratar de equipamentos eletromecânicos, sujeitos a possibilidade de falhas eventuais, em momentos emergenciais, ocorre e necessidade de equipes técnicas da futura contratada se deslocarem para resolver qualquer das falhas no menor tempo possível, mitigando os danos possíveis.</p> <p>Para melhor compreensão das atividades de manutenção preventiva, corretiva e emergencial:</p> <p>Manutenção preventiva: série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de defeitos do equipamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário para a conservação dos equipamentos em perfeito estado de uso;</p> <p>Manutenção corretiva: série de procedimentos destinados a realocar o equipamento em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados, em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante;</p> <p>Manutenção emergencial: atendimento a situações que comprometam a segurança dos usuários, com resgate de passageiro(s) preso(s) no(s) elevador(es).</p>
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças, nos equipamentos de elevação para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências dos Campi e Unidades da Universidade do Estado do Pará, localizadas na capital e interior do estado do Pará.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <div><input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.</div> <div><input type="checkbox"/> Outro:</div>
HÁ NECESSIDADE	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da necessidade de assistência



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<i>técnica para a contratação).</i> <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Descrever solução: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com substituição de peças e componentes genuínos da fabricante dos equipamentos de elevação, para transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, em seus campi e unidades localizados no interior e capital do estado do Pará.				
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO					
COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Total de equipamentos instalados na Instituição e os que estão em fase de compra e instalação.				
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Estimativa fixada mediante quantitativo de equipamentos instalados nas unidades e campi da Instituição Contratante e os que estão em processo de compra e instalação. Os equipamentos, objeto desta contratação, necessitam de, no mínimo 01 (uma) manutenção preventiva mensal e de intervenções de manutenção corretiva e/ou emergencial, quando necessário. Sugere-se para esta contratação o agrupamento dos itens em Lote Único.				
ESPECIFICAÇÃO	Lot e	Item	Descrição	Unid	Qtd
	Único	1	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador da Marca Atlas Schindler, percurso de 10M, velocidade de 1 m/s, capacidade para 9 (nove) pessoas (675 kg), alimentação 220v (monofásico ou bifásico), com 3 (três) paradas, instalado nas dependências do Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra, s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.	mês	12
2		Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador modelo Atlas Schindler, com 4 (quatro) paradas, com capacidade para 11 (onze) passageiros (825 kg), instalado no Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra,	mês	12	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

			s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.		
		3	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador, com 3 (três) paradas, velocidade 1,00 m/s, capacidade para 7 (sete) pessoas (525 kg), alimentação de 220 V. Instalado no Campus VIII da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida Hileia s/n, bairro Amapá – Marabá/PA.	mês	12
		4	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador, com 3 (três) paradas, capacidade para 8 (oito) pessoas (600 kg, velocidade 6 m/min., percurso 7 m, alimentação 220 v. Instalado no Campus XII da Universidade do estado do Pará, localizado na Avenida Plácido de Castro, 1399, bairro Aparecida – Santarém/PA. CEP: 68.040-090.	mês	12
		5	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador da marca Ortobras Elevadores, modelo 40/10 PM-TYPE T2, com capacidade de carga de 225 kg, norma técnica EN 81-1/2, alimentação 220 v. Instalado no Polo Gastronômico da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida Júlio César, nº. 3488, bairro Souza – Belém/PA – CEP: 68.447-000.	mês	12
		6	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, com 2 (duas) paradas capacidade para 250 kg, percurso de 9 m/min., acionamento hidráulico oleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus IX da Universidade do Estado do Pará, localizado na Rua Bom Jesus s/n, bairro Mutirão – Altamira/PA. CEP: 68.377-078.	mês	12
		7	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, modelo PLF 40P, capacidade para 275 kg, velocidade de 6 m/min., com 2 (duas) paradas, Cabina: L90 x P140 x A200cm, acionamento: sistema de fuso – Alimentação: 220 V / 60 Hz. Instalado no Campus XXI da Universidade do Estado do Pará, localizado na Trav. Senador José Pinheiro, nº. 263, Bairro Centro, Bragança/PA – CEP: 68.600-000.	mês	12
		8	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador da marca Vertiline, com 3 (três) paradas, capacidade para 250 kg, percurso de 9 m, velocidade de 15 m/min.	mês	12



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

			Instalado no Campus V da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Enéas Pinheiro, n°. 2626, bairro do Marco – Belém/PA. CEP: 66.095-100.		
		9	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 9 m/min., entrada/saída unilateral, com acionamento hidráulico óleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, n°. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.	mês	12
		10	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, marca, Thyssenkrup, modelo VEH 30, com 2 (duas) paradas, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 6 m/min., com acionamento hidráulico óleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, n°. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.	mês	12
		11	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6 m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, n°. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.	mês	12
		12	Manutenção preventiva, corretiva e emergencial da plataforma de elevação vertical, da marca Wolk, modelo Jh 80 Infolev, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6 m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, n°. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.	mês	12

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input checked="" type="checkbox"/> Painel de preços.	<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input checked="" type="checkbox"/> Simas.	<input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores.
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (Indicar o meio).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

ESTIMATIVA DE PREÇO	L o t e	Ite m	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	Ú n i c o	1	Elevador da Marca Atlas Schindler, percurso de 10M, velocidade de 1 m/s, capacidade para 9 (nove) pessoas (675 kg), alimentação 220v (monofásico ou bifásico), com 3 (três) paradas, instalado nas dependências do Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra, s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.	R\$ 2.197,67	12	R\$ 26.372,04
		2	Elevador modelo Atlas Schindler, com 4 (quatro) paradas, com capacidade para 11 (onze) passageiros (825 kg), instalado no Campus I da Universidade do Estado do Pará, localizado Travessa Dlama Dutra, s/n, bairro Telégrafo Sem Fio – Belém/PA. CEP: 66.113-010.	R\$ 2.197,67	12	R\$ 26.372,04
		3	Elevador, com 3 (três) paradas, velocidade 1,00 m/s, capacidade para 7 (sete) pessoas (525 kg), alimentação de 220 V. Instalado no Campus VIII da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida Hileia s/n, bairro Amapá – Marabá/PA.	R\$ 1.964,34	12	R\$ 23.572,08
		4	Elevador, com 3 (três) paradas, capacidade para 8 (oito) pessoas (600 kg, velocidade 6 m/min., percurso 7 m, alimentação 220 v. Instalado no Campus XII da Universidade do estado do Pará, localizado na Avenida Plácido de Castro, 1399, bairro Aparecida – Santarém/PA. CEP: 68.040-090.	R\$ 2.064,34	12	R\$ 24.772,08
		5	Elevador da marca Ortobras Elevadores, modelo 40/10 PM-TYPE T2, com capacidade de carga de 225 kg, norma técnica EN 81-1/2, alimentação 220 v. Instalado no Polo Gastronômico da Universidade do Estado do Pará,	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

		localizado na Avenida Júlio César, n°. 3488, bairro Souza – Belém/PA – CEP: 68.447-000.			
	6	Plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, com 2 (duas) paradas capacidade para 250 kg, percurso de 9 m/min., acionamento hidráulico oleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus IX da Universidade do Estado do Pará, localizado na Rua Bom Jesus s/n, bairro Mutirão – Altamira/PA. CEP: 68.377-078.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
	7	Plataforma de elevação vertical, da marca Vertiline, modelo PLF 40P, capacidade para 275 kg, velocidade de 6 m/min., com 2 (duas) paradas, Cabina: L90 x P140 x A200cm, acionamento: sistema de fuso – Alimentação: 220 V / 60 Hz. Instalado no Campus XXI da Universidade do Estado do Pará, localizado na Trav. Senador José Pinheiro, n°. 263, Bairro Centro, Bragança/PA – CEP: 68.600-000.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
	8	Elevador da marca Vertiline, com 3 (três) paradas, capacidade para 250 kg, percurso de 9 m, velocidade de 15 m/min. Instalado no Campus V da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Enéas Pinheiro, n°. 2626, bairro do Marco – Belém/PA. CEP: 66.095-100.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
	9	Plataforma de elevação vertical, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 9 m/min., entrada/saída unilateral, com acionamento hidráulico oleodinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, n°. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
	10	Plataforma de elevação vertical, marca, Thyssenkrup, modelo VEH	R\$ 1.797,67	12	R\$



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

		30, com 2 (duas) paradas, com capacidade de carga de 250 kg, velocidade máxima de 6 m/min., com acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus III da Universidade do Estado do Pará, localizado na Avenida João Paulo II, n°. 817, bairro do Marco, Belém/PA. CEP: 66.095-492.			21.572,04
	11	Plataforma de elevação vertical, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6 m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, n°. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
	12	Plataforma de elevação vertical, da marca Wolk, modelo Jh 80 Infolev, com 2 (duas) paradas, capacidade de carga de 250 kg, velocidade de 6 m/min., acionamento hidráulico óleo dinâmico, alimentação 220 V. Instalado no Campus II da Universidade do Estado do Pará, localizado na Travessa Perebebuí, n°. 2623, bairro Marco – Belém/PA – CEP: 66.087-670.	R\$ 1.797,67	12	R\$ 21.572,04
				TOTAL	R\$ 273.664,56

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Por quê? <input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento da Competitividade.	<input checked="" type="checkbox"/> Perda de escala. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Optou-se pelo agrupamento dos serviços a serem contratados em lote único.
--	--	--



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

		co, objetivando-se: evitar a possibilidade de pulverização de contratos de serviços com o mesmo objeto, propiciando maior racionalidade nos procedimentos gerenciais e de controle administrativo por parte da Contratante; uniformidade de procedimentos e relacionamentos entre as partes; espera-se, ainda, economia de escala na referida contratação e o atendimento aos interesses e às conveniências da Administração, como também tornar mais atrativa a licitação ao permitir às licitantes interessadas diluírem seus custos fixos com contratação de maior monta.
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES		
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar: (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente).
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO		
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar item do PCA:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Providências: Não há PCA concluído pela Instituição Contratante.
RESULTADOS PRETENDIDOS		
QUAIS OS	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Adminis- <input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<div>trativo</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho</div> <div><input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo</div> <div><input type="checkbox"/> Outro.</div> <div><input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência</div> <div><input type="checkbox"/> Realização de Política Pública</div> <div>Especificar: <i>(Indicar o benefício).</i></div>
PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<div><input type="checkbox"/> Sim.</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não.</div> <div>Especificar: <i>(Apresentar cronograma de providências a serem adotadas antes e durante o contrato para assegurar o êxito do resultado, como capacitação de servidores, adequação do espaço físico etc).</i></div>
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<div><input type="checkbox"/> Sim.</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não.</div> <div>Especificar os impactos: <i>(Detalhar).</i></div> <div>Especificar as medidas de mitigação dos impactos: <i>(Detalhar).</i></div>
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>

Belém (PA), 29 de maio de 2026

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

ANDRÉIA TRINDADE

Agente administrativo/DAS

Matrícula SEPLAD/PA: 57202125/1



ANÁLISE DE RISCO
PAE nº . 2025/2561355

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Especificações técnicas inadequadas.	<input type="checkbox"/> Baixa.	<input type="checkbox"/> Baixo.	Contratação torna-se incapaz de atender a demanda e atingir o objetivo pretendido.
	<input checked="" type="checkbox"/> Média.	<input checked="" type="checkbox"/> Médio.	
	<input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Alto.	
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	Realizar consulta a especialistas técnicos e revisar as especificações detalhadas dos equipamentos que receberão os serviços a serem contratados, antes da publicação do edital.	Diretoria de Administração de Serviços	
CONTINGENCIAL	Reajustar as especificações e, se necessário, suspender o processo para correção antes da contratação.	Diretoria de Administração de Serviços	

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Baixa qualificação dos fornecedores concorrentes	<input type="checkbox"/> Baixa.	<input type="checkbox"/> Baixo.	Fornecimento de serviços de manutenção inadequados, causando falhas frequentes no funcionamento regular dos equipamentos.
	<input checked="" type="checkbox"/> Média.	<input checked="" type="checkbox"/> Médio.	
	<input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Alto.	
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	Incluir exigências de qualificação técnica rigorosa no edital e certifica-se de que todos os fornecedores atendem aos requisitos exigidos.	Comissão Permanente de Licitação	
CONTINGENCIAL	Desclassificar fornecedores que não comprovem a qualificação mínima necessária e reabrir processos se necessário.	Comissão Permanente de Licitação	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Interrupção prolongada dos serviços de manutenção	<input type="checkbox"/> Baixa.	<input type="checkbox"/> Baixo.	Comprometimento total dos equipamentos de elevação, impactando diretamente na acessibilidade das pessoas que utilizam os equipamentos, objeto da contratação requerida.
	<input checked="" type="checkbox"/> Média.	<input type="checkbox"/> Médio.	
	<input type="checkbox"/> Alta.	<input checked="" type="checkbox"/> Alto.	

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Realizar fiscalização periódica e exigir plano de manutenção contínua do fornecedor.	Gestão e/ou fiscalização contratual
CONTINGENCIAL	Acionamento de cláusulas contratuais de penalidade e substituição do fornecedor, se necessário.	Gestão e/ou fiscalização contratual.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Atraso no atendimento das solicitações das manutenções corretivas.	<input type="checkbox"/> Baixa.	<input type="checkbox"/> Baixo.	Redução da eficiência e funcionalidade contínua dos equipamentos, impactando na
	<input checked="" type="checkbox"/> Média.	<input type="checkbox"/> Médio.	
	<input type="checkbox"/> Alta.	<input checked="" type="checkbox"/> Alto.	

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Definir prazos claros no contrato e monitorar a conformidade do fornecedor no atendimento às demandas.	Setor de formalização contratual/Procuradoria Jurídica
CONTINGENCIAL	Aplicar multas contratuais e, em caso de recorrência, rescindir o contrato com base no descumprimento de prazos.	Procuradoria Jurídica/ Gestão Superior

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Atraso nos trabalhos em razão de ausências ou afastamentos dos servidores envolvidos nesta contratação.	<input type="checkbox"/> Baixa.	<input type="checkbox"/> Baixo.	Não conclusão do processo em tempo hábil, acarretando o atraso nas fases subsequentes
	<input checked="" type="checkbox"/> Média.	<input type="checkbox"/> Médio.	
	<input type="checkbox"/> Alta.	<input checked="" type="checkbox"/> Alto.	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento
Diretoria de Administração de Serviços

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Indicação tempestiva dos integrantes da equipe de planejamento e estabelecimento de prazos dando condições de trabalho para os envolvidos se dedicarem ao processo.	Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento.
CONTINGENCIAL	Acelerar as demais fases da contratação e/ou redistribuição das responsabilidades.	Diretoria de Administração de Serviços; Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento; Comissão Permanente de Licitação .

Belém (PA), 25 de março de 2026.

(Assinado eletronicamente)

ANDRÉIA TRINDADE

Agente Administrativa – DAS

Matrícula SEPLAD/PA: 57202125/1



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS
DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

_____ (nome empresarial da
licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____
_____(endereço
completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º
_____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico xx/2026–UEPA,
DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de
proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Atestamos, para o fim de atender ao previsto no Edital deste certame licitatório da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ/UEPA, que o (a) Sr(a) _____, CPF n° _____, na qualidade de representante da Empresa _____, CNPJ _____, telefone _____, compareceu ao local de execução dos serviços, localizado na _____, para verificação e certificação das condições, peculiaridades, requisitos técnicos e locais de execução dos serviços referente ao Pregão Eletrônico Tradicional nº 90.010/2026.

Belém, ____ de _____ de 2026.

Representante da UEPA

Assinatura do vistoriador da licitante

Cargo e Identificação do vistoriador da licitante

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(nome empresarial da
licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____
(endereço
completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____
_____, declara sob as penas da lei que não realizou a vistoria, todavia está ciente
das disposições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como das condições, peculiaridades, requisitos técnicos e
locais de execução dos serviços e assume a inteira responsabilidade na execução do contrato referente ao Pregão
Eletrônico Tradicional nº 90.010/2026.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

RG n.º

CPF n.º



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

MINUTA DE CONTRATO Nº xx /2026

PAE nº E-2025/2561355

RESUMO



CONTRATANTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CNPJ nº 34.860.833/0001-44

CONTRATADO

Nome da pessoa física

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx. ; **ou**

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Prestação de equipe técnica capacitada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças e componentes genuínos das fabricantes dos equipamentos de elevação, para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será realizado em XXXXXX



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ



VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **X dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no



VIGÊNCIA

Prazo **X meses**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1 - PARTES

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

O ESTADO DO PARÁ, por intermédio da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ nº 34.860.833/0001-44, com sede na cidade de Belém Capital do Estado do Pará, à Rua do Una, 156, Telégrafo, neste ato representado pelo Sr. CLAY. ANDERSON NUNES CHAGAS, Reitor

CONTRATADO

NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio em xxxxxxxx

ou

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por xxxxxxxx, RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio em xxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa (ou contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO) constante no PAE nº aaaa/nnnn e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3 - OBJETO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

3.1 O objeto da contratação é a **prestação de** equipe técnica capacitada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de emergência, com fornecimento de peças e componentes genuínos das fabricantes dos equipamentos de elevação, para o transporte vertical de pessoas, instalados nas dependências da Universidade do Estado do Pará, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência

CLÁUSULA 4 - LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5 - PREÇO

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Gestão/Unidade xxxxxxxxxx.

Fonte xxxxxxxxxx.

**Programa
de Trabalho** xxxxxxxxxx.

**Elemento
de Despesa** xxxxxxxxxx.

Plano Interno xxxxxxxxxx.

CLÁUSULA 7 - REAJUSTE

7.1 O contrato será reajustado pelo [indicar o índice].

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa**

7.3 O reajuste *se restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8 - PAGAMENTO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

8.1 O pagamento será realizado em **x dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência xxxx-x.

Conta xxxxxx-x.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9 - GARANTIA DE CUMPRIMENTO CONTRATUAL

☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

Ou:

☐ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **x%** do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **x dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **x dias úteis**, no mínimo.

CLÁUSULA 10 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.

- g. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- a. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- b. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- c. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- d. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- f. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- g. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- h. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- i. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- j. Não permitir:
 - 1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 - 2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11 - RESPONSABILIDADE POR DANOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **15 (quinze) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

Compensatória

- a. **5%** sobre o valor da parcela **5%** sobre o valor total do contrato, no inadimplida por dia de atraso caso de inexecução total do seu objeto.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

injustificado até o limite de **10 dias corridos**.

- b. **10%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **10 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14 - EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15 - FISCALIZAÇÃO

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor NOME DO SERVIDOR, , matrícula nº nnnn, lotado xxxxxxxx, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16 - INTERPRETAÇÃO

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULA 17 - TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18 - DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19 - VIGÊNCIA

19.1 O contrato terá vigência de **x meses** contados do início a partir da assinatura do contrato

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULA 20 - FORO

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.



NOME DO TITULAR

Cargo
Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF
Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

Testemunha